



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 10ª reunião Ordinária

1 No dia doze de agosto de dois mil e quinze, as quatorze horas, membros do Conselho reuniram-se na sala  
2 de reuniões do Centro Público de Economia Solidária, para a 10ª Reunião Ordinária deste Conselho, Gestão  
3 2014-2016, com a seguinte pauta: 1 – Situação das Maternidades em Londrina; 2 – Caso da Praça do  
4 Jardim Igapó; 3 – Avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; 4 – Informes Gerais.  
5 Estavam presentes as (os) conselheiras (os): Rosalina Baptista, Antônia Francisca de Araújo, Maria  
6 Márcia Ferreira, Teresa Mendes de Souza, Marília Bitencourt Mercer, Margareth Cipolla, Elisabete  
7 Tieko Ieda, Tamara Vieira, Ana Cláudia Moreira Ribeiro, Pâmela Cristina Salles da Silva, Ana Karina  
8 Andruchuka Barbosa, Alexander Korgut, Luciana Mazzaroto Negrini, Sônia Maria Lima Medeiros,  
9 Marisse Costa de Queiroz, Eric Carlos de Mari, Cristina Rossi, Patrícia Mary Ap. Ferri Raboni.  
10 Justificaram ausência as conselheiras: Joana D'arc Garcia, Luciane dos Santos, Lilian de Fátima M.  
11 Nelessen. As convidadas: Elaine F. Galvão, Dr. Ary Parreira, Vívian Feijó, Daniela Pereira Custódio,  
12 Davi Miranda, Marisa Ferracin, Cristina Maria Ieda, Lílian Azevedo Miranda, Lílian Azevedo Miranda.  
13 A presidente do CMDM, Sra. Rosalina Batista inicia a reunião dando boas-vindas e agradece a presença  
14 de todos (as) e inicia a reunião com a aprovação da ata da 9ª reunião ordinária do CMDM. Em seguida,  
15 a presidente do Conselho, Sra. Rosalina inicia a reunião agradecendo a presença. Pede para todos os  
16 presentes se apresentarem, devido a presença de convidados nesta reunião. Em seguida passou-se para  
17 os pontos de pauta: **1. Situação das Maternidades em Londrina:** Sra. Rosalina relata que várias  
18 instituições fazem denúncias ao CMDM, como órgão de defesa e informa que esta reunião não é para  
19 tratar de denúncias, mas para resolver algumas questões relacionadas a mortalidade materna. Diz que foi  
20 publicada uma reportagem no jornal Folha de Londrina do dia 02/08/2015 sobre o alto índice da  
21 mortalidade materna e, portanto, pediu este ponto de pauta, e também para ter informações sobre a  
22 construção da Maternidade do HU. Relata que na próxima semana haverá a Conferência Estadual de  
23 Saúde e que o CMDM possa estar em parceria com a Saúde e o que podemos fazer para que não haja  
24 mais reportagens como esta, sabemos que há várias ocorrências de mulheres que depois do pré-natal e  
25 na hora do parto ficam sem médico de referência e a Rede Mãe Paranaense e a Rede Cegonha prevê esse  
26 direito da mulher. Sra. Sônia Medeiros, vice-presidente do CMDM, reforça a fala de D. Rosalina e diz  
27 que sempre houve o apoio do CMDM com relação a SMPM, e gostaria que o segmento Saúde nos tenha  
28 como parceiros e como participante da Câmara Técnica, pode levar algumas discussões para serem  
29 debatidas nas reuniões em Curitiba. Sra. Viviane, do HU, diz que a referida reportagem é sobre o  
30 neonatal e natimorto, e que o HU faz parte da Rede Mãe Paranaense e quadrimestralmente fazem  
31 avaliação do programa e levantamento dos dados e o que chamou a atenção é que aumentou bastante o  
32 número de óbito fetal, o número de gestantes com bebês natimortos foi muito significativo, e fazem uma  
33 reflexão sobre algumas possíveis causas, seria o uso de drogas de algumas mães, a condições  
34 socioeconômica, diagnóstico de gravidez tardia entre várias outras situações de risco. A garantia do  
35 parto para gestantes de alto risco, muitas vezes o HU não consegue atingir o indicador de 100% de  
36 garantia dos partos, por quê? Muitas não são da nossa cidade, vem de cidades vizinhas, cidades em que  
37 o município não tem pediatra e ginecologista e acaba tendo alguma negativa em relação a isto. O HU  
38 não mede esforços para garantir, mas há situações que acontecem, hoje estão sufocados como serviço e  
39 a taxa de ocupação chega a 123% de ocupação no neonatal, estão cumprindo as metas e não estão  
40 recebendo os incentivos financeiros do governo do Estado. Em relação as gestantes de alto risco há um  
41 acompanhamento de perto para garantir o acesso. Com relação a construção da maternidade irá passar a  
42 fala para o Sr. Davi, diz que o esforço do CMDM é muito importante para o andamento burocrático da  
43 construção da maternidade. Sr. David contextualiza sobre a construção da maternidade do HU, diz que  
44 foi uma proposta de campanha do Governo Estadual, foi empenhado no 12 milhões e duzentos mil reais  
45 e ainda não foi dado início nas obras pois tiveram problemas com a liberação do EIV – Estudo de  
46 Impacto de Vizinhança, que foi protocolado na prefeitura no início do mês de janeiro de 2015 e com  
47 questões administrativas do IPPUL como por exemplo falta de servidores e portanto houve demora para  
48 o Prefeito assinar o termo de compromisso. Ele obteve informações que somente sexta-feira passada que



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 10ª reunião Ordinária

49 o processo saiu do IPPUL e agora vai para a Secretaria de Gestão. Relata que foi garantido que até a  
50 próxima semana estará na Procuradoria do Município e logo irá para o Prefeito assinar. Acredita que a  
51 partir da próxima semana será efetivado este contato com a PGM para que o Prefeito assine e a  
52 Secretaria Municipal de Obras libere o alvará para o início da construção e o HU tem prazo para  
53 conclusão das obras, é interesse do Hospital que comece o mais rápido possível. Informa que a  
54 Construtora que venceu a licitação é a Virtual e esperam começar a obra até o final de agosto e solicita a  
55 ajuda do CMDM para agilizar o processo de assinatura do Prefeito, pois há entraves políticos e  
56 burocráticos que fazem com que os prazos não sejam cumpridos e conta com o nosso apoio para ter  
57 autorização para início das obras. Ficou definido que o CMDM irá fazer ofício solicitando a agilidade da  
58 liberação do EIV. Sra. Elaine pergunta quais incentivos poderiam estar recebendo e que não estão  
59 chegando pois é importante saber que incentivos existem e que não estão chegando aos municípios. Sra.  
60 Viviane diz que o HOSPSUS é um programa de atendimento a nível terciário, dentro deste programa  
61 tem o Rede Mãe Paranaense e rede de urgência e emergência e se o HU não atinge os requisitos eles  
62 então não pontuam e, portanto, não recebem o incentivo. Em seguida a Sra. Marisa, gestora do  
63 atendimento à saúde do Hospital Evangélico, relata que o Hospital Evangélico tem 9 leitos do SUS para  
64 atender somente gestantes de alto risco, entraram no Programa Nacional de Parto adequado onde os  
65 casos de Cesária tem que cair para 40%. Percebe que deveria haver mais leitos e um acesso mais formal  
66 com os postos de saúde (UBS) que fazem pré-natal. Nestes meses ocorreu uma superlotação que não  
67 tinha mais onde colocar pacientes e chegaram a ter 22 gestantes de alto risco. É preciso que os sistemas  
68 se falem mais, se dialoguem, pois há um alto índice de evasão dessas gestantes. Sra. Teresa pergunta  
69 qual seria o número mínimo de leitos para que possamos lutar para ampliar. Sra. Marisa diz que não dá  
70 para determinar o mínimo sem antes fazer uma reunião mais ampla com os outros hospitais. Sra.  
71 Viviane diz que não tem retaguarda dos municípios vizinhos, municípios que não tem maternidade e  
72 atendem gestantes de baixo risco. Sra. Marília pergunta como está a questão da presença de  
73 acompanhantes e do acompanhamento das doulas no parto, ela pertence ao Instituto Crias e recebe  
74 muitas reclamações de que os hospitais não permitem a presença do acompanhante. Sra. Viviane diz que  
75 todos os pacientes têm direito a acompanhante e orienta que os pacientes deem preferência para  
76 acompanhante mulher, mas se tiverem somente acompanhante homem não é proibida a permanência.  
77 Relata que ocorre algumas situações desconfortáveis, pois o quarto é coletivo e por respeito a outras  
78 pacientes, mas não é proibido a permanência de acompanhante. Em seguida, Dr. Ary Parreira, gerente  
79 clínico da Maternidade Municipal, relata que a maternidade oferece atendimento para gestantes de baixo  
80 risco, mas com frequência tem recebido pacientes fora deste perfil. Em 2014 tiveram 68% de parto  
81 normal e 32% de cesariana de um total de 3.368 partos, em média, 19% de outros municípios. Relata  
82 que estão com projeto de reforma para ampliar a maternidade para 09 salas de pré-parto e ampliação do  
83 centro cirúrgico, previsto para ter início até o final do ano. Atualmente são 36 leitos e taxa de ocupação  
84 de quase 80%, tem picos de superlotação pois a rotatividade de paciente é alta. A mortalidade materna é  
85 de 0% e infantil 0,3% de natimorto. Sra. Rosalina relata que chamou a atenção é a questão da infecção  
86 urinária e pressão alta das gestantes. Dr. Ary diz que também está aumentando o número de sífilis e as  
87 gestantes e os maridos não tratam, a infecção urinária está associativo a gestante. Sra. Luciana,  
88 assistente social da maternidade, diz que tem muitas pacientes que não comparecem aos atendimentos  
89 ou são profissionais do sexo e que ela já recebeu ameaças de pacientes que não aderem por serem  
90 adolescentes envolvidas com drogas ou tráfico. Relata que foi montado na Maternidade o ambulatório  
91 de puerpério, pois perdiam as pacientes por haver desmame precoce, as mães davam farinha para o  
92 recém-nascido e leite de vaca, então há pacientes que não retornam e a maternidade tentam ir atrás, há  
93 um grande segmento da população muito complicada com casos específicos. Sra. Teresa pede para Dr.  
94 Ary deixar os dados para que possa constar na ata e diz que as profissionais do sexo fazem sim a  
95 prevenção, a sífilis é contagiosa através do homem e diz que a população que está com sífilis não são as  
96 profissionais do sexo. Sra. Ana Karina diz que o CMDM poderia chamar os técnicos que trabalham na



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 10ª reunião Ordinária

97 prevenção primária da Secretaria de Assistência e das UBS para participarem da próxima reunião e  
98 discutir estratégias de prevenção nas famílias e comunidades. Sra. Luciana diz que há várias UBS sem  
99 obstetra, é a enfermeira quem faz o pré-natal. Sra. Sônia Medeiros diz que sente esta angústia e que é a  
100 favor de que os secretários municipais discutam mais e entende que o problema está na base, no  
101 primário da saúde, é fundamental que os municípios próximos sejam preparados na base primária, para  
102 não sobrecarregar o secundário e terciário, é preciso diálogo. Sra. Marisa diz que muita coisa melhorou,  
103 não existia esta preocupação com o alto risco, o que precisa na verdade é divulgar o que temos e  
104 fazemos e pedir providências para que as cidades menores deem uma referência e contra referência. Sra.  
105 Rosalina diz que ela, como conselheira estadual, levará para a próxima reunião este assunto como ponto  
106 específico e solicitar que se crie um Sistema de Unificação das Maternidades com as UBS's. Sra. Maria  
107 Márcia diz que dia 26 de agosto haverá reunião do Conselho Municipal de Saúde e terá como pauta que  
108 o Município explique como está o serviço em cada UBS. Sra. Teresa sugere que inclua a SMAS e  
109 Secretaria de Educação no grupo técnico que será formado pela sugestão da Sra. Sônia. Sra. Marília diz  
110 que quer saber sobre os projetos de humanização do parto e sente que falta muita informação para as  
111 gestantes sobre as consultas de pré-natal. Sra. Rosalina agradece a participação dos convidados e deixa o  
112 CMDM a disposição e a Comissão de Saúde do CMDM estarão empenhadas nesta discussão. **2. Caso**  
113 **da Praça do Jardim Igapó:** Sra. Teresa relata que a situação da praça está pior, existem pessoas que  
114 estão jogando fezes e xixi na praça. Sra. Rosalina diz que pode elaborar um documento, encaminhar e  
115 cobrar, mas não pode intervir, pois agora é Lei, diz que o CMDM sempre deu andamento no caso da  
116 praça e sempre agiu nas solicitações e a Secretária da Mulher também fez tudo e agora a situação da  
117 praça está fora da política da mulher. Acredita que a Sra. Teresa deve envolver e agregar mais  
118 movimentos sociais para fortalecer a sua causa, diz que a força agora está nos movimentos sociais e não  
119 no Conselho, pois não é uma luta só dela. Sra. Rosalina diz que podemos encaminhar ofício para  
120 prefeito solicitando remodelar o espaço da praça para que possa ser usado de forma democrática, por  
121 todos os segmentos, principalmente por mulheres e crianças que hoje estão excluídas. Sra. Elaine  
122 propõem que a Sra. Teresa faça uma ação cultural na praça, como forma de mostrar que existe outros  
123 segmentos, ou fazer uma agenda contínua de atividades. Sra. Lílian sugere fazer um “abraço da paz”  
124 nesta praça e desta forma mostrar que as mulheres reivindicam o uso da praça. Sra. Pâmela sugere fazer  
125 um calendário de atividades para a uma aproximação sucessiva das mulheres e integrar os segmentos e  
126 não excluir. Sra. Toninha diz que na praça do Parque das Indústrias Pesadas fizeram um trabalho de  
127 cidadania junto com a igreja e com a UBS e levam os idosos para fazerem atividade física, hoje as  
128 pessoas participam da praça, houve um trabalho coletivo. Sra. Margarete diz que a Teresa está há muitos  
129 anos lutando para tirar o pessoal do bosche de lá, então sugere que ela também faça atividades lá, com  
130 exposição de artesanatos, palestras de reciclagem, ação social de corte de cabelo, usar o espaço para a  
131 comunidade. Sra. Teresa diz que agora a praça é um espaço de corrupção, eles retiraram as mulheres de  
132 lá por duas vezes, chamaram a polícia. O projeto atual da praça foi feito na base de corrupção, diz que  
133 elas não querem ninguém fora, foi o atual projeto da praça que tirou o ponto de convívio dos moradores,  
134 a escola não vai mais lá. Sra. Pamela sugere que Sra. Teresa faça um novo projeto urbano e de  
135 paisagismo, dizendo qual é o desejo da comunidade, com um redesenho da praça. Sra. Elaine sugere ver  
136 a possibilidade de parceria com os professores e alunos da UEL, para que façam uma pesquisa e um  
137 novo projeto. **3. Avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres:** Sra. Elaine diz que  
138 precisamos discutir o que ficou de não executável e o que precisamos avançar para que possamos levar  
139 para a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Devido ao adiantado horário da reunião e da  
140 pauta extensa, ficou decidido que a Comissão Organizadora da reunião iria fazer um levantamento e  
141 avaliação do Plano. **4. Informes da Conferência:** Sra. Elaine relata que irá encaminhar os cartazes da  
142 Conferência para divulgação. Relata que a comissão Organizadora irá realizar encontros com as detentas  
143 do 3º distrito, com as aldeias indígenas, mulheres recicladoras e segmento rural. Diz que recebeu  
144 documento com as orientações da Secretaria Nacional para ter como tema da Conferência Municipal:



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 10ª reunião Ordinária

145 “Mais Direitos, Participação e Poder das Mulheres” e trabalhar nos 4 eixos, teremos também que  
146 apresentar 3 avanços e 3 desafios de cada eixo. Relata que o objetivo é garantir a representatividade de  
147 cada segmento. **5. Informes Gerais:** Sra. Maria Márcia informa que agora está como titular e Sra.  
148 Margarete como suplente no Conselho Municipal de Saúde. Sr. Alexander relata que a Gerência de  
149 Orçamento está no processo de elaboração do PPA e solicita que o Conselho aponte pautas que tem sido  
150 reivindicada no CMDM. Sra. Rosalina informa que vai participar da Conferência Estadual de Saúde e  
151 vai com uma delegação de 134 delegadas entre usuários e trabalhadores e somente de Londrina vão 44  
152 delegados. Sra. Pamela informa que estará acontecendo as eleições para compor o Conselho de Cultura  
153 e pede solicitação de pauta para a possibilidade do CMDM solicitar ao novo Conselho de Cultura uma  
154 conversa para ter espaço na política cultural. Sra. Rosalina informa que dia 27 de agosto haverá Pré-  
155 Conferência do Conselho de Habitação. Nada mais havendo a tratar a presidente Rosalina Batista  
156 encerrou a reunião e eu, Patrícia Raboni, 1ª secretária, lavrei a presente ata.